

FUNDAMENTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Diretrizes para uma educação profissional
e tecnológica transformadora

Eliezer Pacheco



Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais

Diretrizes para uma educação profissional
e tecnológica transformadora

Eliezer Pacheco



Natal, 2015

Presidenta da República **Dilma Rousseff**
Ministro da Educação **Aloizio Mercadante**
Secretário de Educação Profissional
e Tecnológica **Marcelo Machado Feres**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Norte**

Reitor **Belchior de Oliveira Rocha**
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação **José Yvan Pereira Leite**
Coordenador da Editora do IFRN **Paulo Pereira da Silva**
Conselho Editorial **André Luiz Calado de Araújo**
Dante Henrique Moura
Jerônimo Pereira dos Santos
José Yvan Pereira Leite
Maria da Conceição de Almeida
Samir Cristino de Souza
Valdenildo Pedro da Silva

Todos os direitos reservados

Divisão de Serviços Técnicos. Catalogação da publicação na fonte.
Biblioteca Sebastião Fernandes (BSF) – IFRN

P116f Pacheco, Eliezer.

Fundamentos político-pedagógicos dos institutos
federais : diretrizes para uma educação profissional e tecnológica
transformadora. / Eliezer Pacheco. – Natal : IFRN, 2015.
67 p.

ISBN 978-85-8333-146-9

1. Institutos federais de educação – Brasil. 2. Educação
profissional e tecnológica – Brasil. 3. Institutos federais –
Fundamentos político-pedagógicos. 4. Educação – Políticas
Públicas. I. Título.

CDU 377.36(81)

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Charles Bamam Medeiros de Souza

FOTO DA CAPA

Thiago Emmanuel Araújo Severo

CONTATOS

Editora do IFRN
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol.
CEP: 59015-300
Natal-RN. Fone: (84) 4005-0763
Email: editora@ifrn.edu.br

Edição eletrônica: E-books IFRN
Prefixo editorial: 68066
Disponível para download em:
<http://memoria.ifrn.edu.br>

A transição do século XX para o XXI coincidiu com uma mudança paradigmática de grandes proporções. A fragilização dos modelos explicativos, a derrocada do socialismo e a revolução nos costumes criaram crises identitárias em todos os níveis. Apesar disso, uma nova perspectiva para a vida humana é o objeto que nos move neste início de século e de milênio. O aspecto simbólico dessa passagem reitera em nós questões que continuam urgentes, que mobilizaram o desejo e a energia de trabalho das gerações que nos antecederam. Entre essas questões encontra-se a educação, que foi particularmente atingida pela crise e pelas políticas neoliberais, perdendo suas referências. Como política social capaz de emancipar, sua força deve ser renovada por meio de projetos criativos e desafidores.

SUMÁRIO

- 6 APRESENTAÇÃO**
- Expansão da Educação Profissional
 - O Novo Mundo Possível
 - Abertura à Comunidade
 - Cidadãos para o Mundo do Trabalho
 - O acesso à EPT
- 13 FUNDAMENTOS DA PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA**
- Institutos Federais: concepção e diretrizes
 - Institucionalidade e Dimensão Simbólica
 - Os Institutos Federais como Política Pública
 - Desenvolvimento Local e Regional
 - Os Institutos Federais como Rede Social
 - Desenho Curricular da Educação Profissional e Tecnológica
 - Transversalidade e Verticalização
 - Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia
 - Autonomia dos Institutos Federais
- 28 CONCEITOS E CONCEPÇÕES**
- Formação Humana Integral
 - Cidadania
 - Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura
 - O Trabalho como Princípio Educativo
 - O Educando Enquanto Produtor de Conhecimentos
- 35 FORMAÇÃO ACADÊMICA X DOCÊNCIA NOS INSTITUTOS FEDERAIS:**
Uma Contradição a Ser Superada
- 38 INSTITUTOS FEDERAIS:** Um Futuro em Aberto
- 52 ANEXO - Consolidar os Institutos Federais – Missão Estratégica para o País**

Apresentação

A transição do século XX para o século XXI coincidiu com uma mudança paradigmática de grandes proporções. A fragilização dos modelos explicativos, a derrocada do socialismo e a revolução nos costumes criaram crises identitárias em todos os níveis. A despeito disso, uma nova perspectiva para a vida humana é o objeto que nos move neste início de século e de milênio. O aspecto simbólico dessa passagem reitera questões que continuam urgentes, que mobilizaram o desejo e a energia de trabalho das gerações que nos antecederam. Entre essas questões encontra-se a educação, que foi particularmente atingida pela crise e pelas políticas neoliberais, perdendo suas referências. Como política social capaz de emancipar, sua força deve ser renovada por meio de projetos criativos e desafiadores.

O ciclo neoliberal foi definido por um conteúdo ideológico fundado no individualismo e na competitividade que marcam a sociedade contemporânea. Tal ideário e a submissão às normas dos organismos financeiros representantes dos interesses do capital estrangeiro constituíram a base de um processo de sucateamento e privatização, a preço vil, de grande parte do patrimônio nacional, provocando a vulnerabilidade da economia brasileira. Nesse processo, as universidades públicas e as instituições federais de educação profissional e tecnológica, desmanteladas, tiveram seu funcionamento quase inviabilizado.

O governo Lula vai encontrar um quadro de extrema precariedade nestas instituições: obras paralisadas, falta de professores, inexistência de concursos públicos para técnicos e docentes, além de enorme carência de materiais de custeio. Por isso, a educação foi uma das prioridades em nosso governo, embora durante o primeiro ano, o Ministro Cristóvão Buarque não tenha conseguido sair da teoria para a prática, sendo substituído por Tarso Genro que imprimiu um novo ritmo ao Ministério. Neste novo período, que tinha Fernando Haddad na Secretaria Executiva do Ministério da Educação (MEC) e Eliezer Pacheco na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) vai ter um papel central na expansão da educação pública brasileira.

a) Expansão da Educação Profissional

Desde 2003, início do governo Lula, o governo federal tem implementado, na área educacional, políticas que se contrapõem às concepções neoliberais e abrem oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora. Na busca de ampliação do acesso à educação e da permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino, diversas medidas estão em andamento.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) injetou R\$ 4 bilhões na educação pública, financiando da educação infantil ao ensino médio.

No ensino superior, o Programa Universidade para Todos (ProUni), maior programa de bolsas da história do país, e ainda em expansão, vem alterando na universidade brasileira não somente a composição de classe como também a étnica. A Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa de cursos superiores a distância, criou mais 60 mil vagas públicas. Além disso, a implantação de mais de uma dezena de novos campi universitários e quatro novas universidades amplia em milhares as vagas públicas nas universidades brasileiras.

Na educação profissional e tecnológica (EPT), a instalação, entre 2003 e 2010, de 214 novas escolas vem ampliar a Rede Federal na perspectiva de colaboração com os demais sistemas de ensino para fortalecimento da oferta de EPT e, ao mesmo tempo, encaminha-se a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A Escola Técnica do Brasil, E-Tec Brasil, ampliou as vagas públicas de cursos técnicos possibilitando, pela utilização da modalidade de educação a distância, a formação de jovens residentes nas periferias dos grandes centros e em regiões isoladas. O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) tem viabilizado a formação plena de sujeitos, até então,

excluídos dos sistemas de ensino. O Programa Escola de Fábrica, educação em ambiente de trabalho, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), com todas as limitações que possam ter, estendem a mão a milhares de jovens, reforçando seus vínculos com a escola.

O debate sobre uma política específica de financiamento para a educação profissional tem assumido grande importância, particularmente após a proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do senador Paulo Paim, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundep). Essa discussão tem de ser aprofundada.

b) O Novo Mundo Possível

Ainda sofremos as consequências de quase duas décadas de políticas privatistas. E mais, a escola*, como instituição da sociedade, é pressionada pelos valores de sua época. A profunda degradação das relações humanas perpassa todos os tecidos sociais, ocupando lugar de destaque na comunicação de massa e interferindo, também, nas relações do universo educacional. Não podemos nos submeter a essa política na exata medida em que um projeto democrático é construído coletivamente. Recusamo-nos a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista.

Como agentes políticos comprometidos com um projeto democrático e popular, precisamos ampliar a abrangência de nossas ações educativas. A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

Como agentes políticos comprometidos com um projeto democrático e popular, precisamos ampliar a abrangência de nossas ações educativas. A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social. Nossos projetos pedagógicos têm de estar articulados,

especialmente, com o conjunto de organismos governamentais ou da sociedade civil organizada, estabelecendo uma relação dialética em que todos somos educadores e educandos. Devem afirmar práticas de transformação escolar com o objetivo de construir diferentes propostas que apontem os elementos do novo mundo possível.

Por essa via, compreende-se que a educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal. Ela resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da sociedade pela ação do conjunto das organizações em geral. Nesse processo, o poder público e a sociedade, de forma articulada, exercem sua função educadora na busca da construção de uma cultura fundada na solidariedade entre indivíduos, povos e nações, que se opõe ao individualismo neoliberal.

c) Abertura à Comunidade

A partir dessa consciência, todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa. Professores, técnicos, funcionários e tantos outros são todos trabalhadores em educação. Suas atuações na escola devem ser integradas pedagogicamente, tendo o reconhecimento da escola enquanto ação educativa.

A intervenção no processo didático-pedagógico completa-se, no âmbito da escola, com a participação organizada dos pais ou responsáveis e da comunidade, especialmente através de suas organizações sindicais e populares. Essa participação ocorre principalmente no âmbito do Conselho Superior, instância máxima da instituição educacional. Os Conselhos Superiores, órgãos coletivos autônomos e expressão legítima da comunidade em seu conjunto, devem se constituir como definidores da identidade de cada unidade e gestores da integração desta com a sociedade.

A escola, seja do nível que for, é parte da comunidade e, na maioria dos casos, o único espaço público de integração, organização e lazer disponível. Dessa forma, deve estar, permanentemente, aberta à população e firmar-se como um efetivo polo cultural. Para isso, torna-se indispensável um trabalho integrado entre Conselhos e Direções. Nosso objetivo central, nesse aspecto, deve ser a disponibilização de todos os espaços escolares/acadêmicos para a comunidade. Isso

somente será possível à medida que as organizações comunitárias passem a assumir, também, a tarefa de gerir esses espaços e zelar pelo patrimônio público. Não se trata de tarefa simples, mas é possível ser concretizada por meio do diálogo e da organização.

d) Cidadãos para o Mundo do Trabalho

São esses arranjos que permitem a construção da autonomia de cada unidade, sustentada na participação de todos os atores envolvidos no processo educacional. Naturalmente, isso não significa falta de direção, mas, sim, a possibilidade de que o projeto pedagógico seja permeado pela vida concreta de cada comunidade, possibilitando diferentes abordagens mediante uma construção coletiva pela comunidade escolar.

O que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um Projeto Democrático, comprometido com a emancipação dos setores excluídos de nossa sociedade; uma educação que assimila e supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles gestados pela sociedade organizada. Mais do que isso, a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da exclusão social.

No conceito de inclusão, temos de abrigar o combate a todas as formas de preconceitos, também geradores de violência e intolerância, por meio de uma educação humanista, pacifista, preocupada com a preservação da natureza e profundamente vinculada à solidariedade entre todos os povos independentemente de fronteiras geográficas, diferenças étnicas, religiosas ou em relação à orientação sexual. Entretanto, não basta incluir em uma sociedade desigual, reprodutora da desigualdade. O conceito de inclusão tem de estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem também os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização, ou seja, a transformação do educando em sujeito da história. Assim, diante dessas novas perspectivas para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, torna-se absolutamente importante definir claramente o protagonismo daqueles que fazem educação em cada instituição de ensino e na sociedade como um todo. Os índices

de sucesso escolar ou acadêmico, a valorização dos seus educadores, o conceito de educação que não se limita à ação escolar, mas envolve a comunidade, demonstram o vigor da Rede.

Quanto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC), o conteúdo de seu trabalho procura afirmar o papel do gestor público de administrar e transformar a educação em um instrumento a serviço da inclusão, da emancipação e da radicalização democrática.

O restabelecimento do ensino médio integrado, numa perspectiva politécnica, é fundamental para que esses objetivos sejam alcançados. Igualmente, o Proeja é parte indissolúvel dessa política por seu potencial inclusivo e de restabelecimento do vínculo educacional para jovens e adultos.

Quando lembramos que um colégio industrial português possibilitou o surgimento de um José Saramago, é importante registrar que isso foi possível somente porque aquela escola possuía em seu currículo, como ele lembra, Física, Química, Matemática, Mecânica, Desenho Industrial, História, Filosofia, Português e Francês, entre outras disciplinas.

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva como a economia solidária e o cooperativismo devem ser objeto de estudo na Rede Federal.

e) O acesso à EPT

Essencial à realização desses objetivos é a adoção de medidas consistentes para democratizar o acesso aos cursos oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, sob pena de a expansão e a qualificação desse sistema serem apropriadas pelas minorias já tão privilegiadas. Temos excelentes experiências em

andamento que podem ser ampliadas e disseminadas com a brevidade possível. Cotas para oriundos da escola pública e afrodescendentes, sorteio etc. são iniciativas que podem e devem ser implementadas.

A Rede Federal, por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, tem condições de protagonizar um projeto político-pedagógico inovador, progressista e que busque a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o na direção de um novo mundo possível, capazes de superar a barbárie neoliberal e restabelecer o ideal da modernidade de liberdade, igualdade e fraternidade, sob a ótica das novas possibilidades abertas à humanidade neste princípio de século.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.

PRINCIPAIS ELEMENTOS INOVADORES DOS INSTITUTOS

- a. A verticalidade, atuando em todos os níveis do ensino;
- b. A certificação de saberes não formais, rompendo com a hierarquia de saberes e o academicismo;
- c. A formação de professores em uma instituição técnica/tecnológica;
- d. A capilaridade e a adequação aos arranjos produtivos;
- e. O compromisso com as políticas públicas.

I Fundamentos da Proposta Político-Pedagógica

O governo federal, por meio do Ministério da Educação, criou um modelo institucional absolutamente inovador em termos de proposta político-pedagógica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essas instituições têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país. São 38 institutos, com 400 campi espalhados por todo o território brasileiro, além de várias unidades avançadas, atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica.

A organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado. A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão dessas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos nas novas unidades deverão ser definidos por meio de audiências públicas e da escuta às representações da sociedade. Na necessária articulação com outras políticas sociais, os Institutos Federais devem buscar a constituição de observatórios de políticas públicas, tornando-as objeto de sua intervenção por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas com as forças sociais da região. É nesse sentido que os Institutos Federais constituem espaços fundamentais na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como

mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado.

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de afirmar seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. Busca superar a matriz Universidade/Escola Técnica, que corresponde a um estado hierarquizado do conhecimento, combinado com a estratificação das classes sociais, ou seja, Universidade para a elite e escola técnica para os trabalhadores.

O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, de princípios e de valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios esses válidos, inclusive, para as engenharias e as licenciaturas.

Inicia-se a construção de uma instituição inovadora, ousada, com um futuro em aberto e, articulada com as redes públicas de educação básica, capaz de ser um centro irradiador de boas práticas. Os centros federais de educação tecnológica (CEFETs), as escolas agrotécnicas federais e as escolas técnicas vinculadas às universidades que aceitaram o desafio desaparecem enquanto tais, para se transformarem nos campi espalhados por todo o país, fiadores de um ensino público, gratuito, democrático e de excelência. Com os Institutos Federais, iniciamos uma nova fase, abandonando o hábito de reproduzir modelos externos e ousando inovar a partir de nossas próprias características, experiências e necessidades.

a) Institutos Federais: concepção e diretrizes

A implantação dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas em curso para a educação profissional e tecnológica. Para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos, necessariamente:

- pela expansão da rede federal;
- pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EaD);
- pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal, com a formação de mais mestres e doutores;
- pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

O que está em curso, portanto, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manterem-se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual.

Nesse projeto educacional, a contribuição com o progresso socioeconômico local e regional é fundamental, sendo necessário o efetivo diálogo com outras políticas setoriais. Afirma-se, pois, a educação profissional e tecnológica como política pública, não somente pela fonte de financiamento de sua manutenção, mas, principalmente, por seu compromisso com o todo social.

b) Institucionalidade e Dimensão Simbólica

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dá visibilidade a uma convergência de fatores que traduzem a compreensão do atual governo quanto ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto social, devendo ser reconhecida como ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira. Essa compreensão considera estratégica a educação profissional e tecnológica, não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros.

Nesse contexto, o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição, identificada e pactuada com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social.

Os Institutos Federais surgem como autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade* e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária. Pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, é, porém, ao eleger como princípio de sua prática educacional a prevalência do bem social sobre os demais interesses que essas instituições consolidam seu papel junto à sociedade. E na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais.

c) Os Institutos Federais como Política Pública

Os Institutos Federais ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos das atuais políticas assumidos como

fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que, por sua vez, pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem. É, pois, para além da estrutura institucional estatal e dos processos de financiamento e gestão de caráter técnico-administrativo, principalmente na dimensão política, no campo dos processos decisórios, na intermediação dos interesses de diferentes grupos utilizando-se de critérios de justiça social em virtude de sua função social, que esses institutos afirmam a educação profissional e tecnológica como política pública.

É na compreensão das estruturas institucionais e na intervenção nas relações sociais moldadas por diferentes interesses e expectativas que os Institutos Federais assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. Os observatórios de políticas públicas tornam-se, conseqüentemente, fundamentais para a qualificação de sua intervenção nas agendas e arenas decisórias.

Para compreender o significado desse novo cenário, é importante lembrar que as instituições federais, em períodos distintos de sua existência, atenderam a diferentes orientações de governos, que possuíam em comum uma concepção de formação centrada nas demandas do mercado, com a hegemonia daquelas ditadas pelo desenvolvimento industrial, assumindo, assim, um caráter pragmático e circunstancial para a educação profissional.

No entanto, é necessário ressaltar outra face dessas instituições federais, aquela associada à resiliência, definida pelo seu movimento endógeno e não necessariamente pelo traçado original de uma política de governo. Isso as torna capazes de tecer, em seu interior, propostas de inclusão social e de construir, “por dentro delas próprias”, alternativas pautadas nesse compromisso com a sociedade. Pensar os Institutos Federais do ponto de vista político representa a superação de visões reducionistas e a instituição de uma política pública que concorra para a concretização de um projeto viável de nação para este século. Significa, portanto, definir um lugar nas disputas travadas no âmbito do Estado e da sociedade civil. Esse “lugar” é o território, arena de negociações nos processos políticos decisórios, espaço

– para além das fronteiras geopolíticas – onde se constroem e se estabelecem identidades e o sentimento de pertencimento. Nesse sentido, a noção de território se confunde com a de rede social.

É nessa perspectiva que a decisão de estabelecer os Institutos Federais como política pública representa trabalhar na superação da representação existente: a de subordinação quase absoluta ao poder econômico. Significa também estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública –com as singularidades que lhe são próprias –, passando a atuar como uma rede social de educação profissional, científica e tecnológica.

Na compreensão de seu trabalho coletivo, os institutos, da diversidade sociocultural, reúnem princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação em sintonia com os valores universais do ser humano, daí a importância de assegurar, nos Institutos Federais, o lugar da arte e da cultura.

Em síntese, esse novo desenho constituído traz como principal função a intervenção na realidade, da perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional. O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil. Tal desafio legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e no resgate da cidadania e da transformação social.

d) Desenvolvimento Local e Regional

Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade. Deve-se considerar que local e universal não existem como antítese, não expressam necessariamente oposição

de ideias, um não existe em detrimento do outro, mas por vezes se justapõem, permeiam-se, complementam-se e separam-se.

É na compreensão dos aspectos essenciais dessa relação e na sedimentação do sentimento de pertencimento territorial que se torna possível subverter a submissão de identidades locais a uma global. Esse caminho passa necessariamente por uma educação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigá-lo para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus.

O desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento. Assim, esses institutos revelam-se espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros. O território de abrangência das ações de um instituto é, em resumo, a mesorregião onde se localiza, mas pode ir além dela quando se concebe sua atuação em rede.

Em sua intervenção, os Institutos Federais devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu lócus; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada. Para tanto, o monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência tem grande importância.

e) Os Institutos Federais como Rede Social

A rede é tecida a partir das relações sociais existentes que dão oportunidade, por um lado, ao compartilhamento de ideias, visando à formação de uma cultura de participação e, por outro, à absorção de novos elementos, objetivando sua renovação permanente. Trata-se, portanto, de um espaço aberto e em movimento, de atuação regional, com bases em referenciais que expressam também uma missão nacional e universal.

A reflexão sobre as relações de interação e compartilhamento que se estabelecem em uma rede social deve ter como pressuposto o fato

de o conhecimento ser um dos elementos constituintes da cidadania. Considerando a tendência à hegemonização de determinadas trocas de saberes, isto é, da predominância de colaboração entre certas organizações ou indivíduos em detrimento de outros, é de suma importância, na busca do pleno exercício da cidadania, garantir o acesso à informação, impedindo o seu monopólio.

O que se pretende dessas instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica é o compartilhamento real em uma rede multilateral, heterogênea e dinâmica, a partir de uma postura dialógica que objetive a reestruturação de laços humanos que, ao longo das últimas décadas, vêm se diluindo.

Nesse caminho, estabelecer o vínculo entre a totalidade e as partes constitui premissa fundamental para apreender os objetos em seu contexto, em sua complexidade.

Desenho Curricular da Educação Profissional e Tecnológica

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar:

- educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio;
- ensino técnico em geral;
- graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação lato e stricto sensu, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dessas instituições.

f) Transversalidade e Verticalização

Entendida como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, a transversalidade diz respeito principalmente ao diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na

extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais.

Essa orientação é intrínseca às arquiteturas curriculares que consideram a organização da educação profissional e tecnológica por eixo tecnológico. Isso porque a ênfase é dada às bases tecnológicas e conhecimentos científicos associados a determinados processos, materiais, meios de trabalho etc. Segundo Machado (2008), o eixo tecnológico é a:

linha central, definida por matrizes tecnológicas, que perpassa transversalmente e sustenta a organização curricular e a identidade dos cursos, imprimindo a direção dos seus projetos pedagógicos. (MACHADO, 2008).

As matrizes tecnológicas podem ser compreendidas como os arranjos lógicos constituídos pelas bases tecnológicas de um curso, que, por sua vez, são os ingredientes tecnológicos básicos de uma formação. Cada eixo tecnológico acolhe vários tipos de técnicas, mas não se restringe a suas aplicações, relacionando-se também a outras dimensões socioeconômicas.

O caminho a ser percorrido na construção de currículos centrados na dimensão tecnológica passa pelos aspectos: material das tecnologias envolvidas na formação profissional pretendida; prático ou pela arte do como fazer; e sistêmico ou pelas relações técnicas e sociais subjacentes às tecnologias. Nessa trajetória, baseia-se na integração de conhecimentos e na união entre a concepção e a execução. A verticalização, por seu turno, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional,

técnica, graduação e pós-graduação tecnológica. A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica.

A partir da compreensão e da assunção dessa forma de organização da educação profissional e tecnológica, observa-se que o espaço estabelecido pela oferta múltipla de formação proporciona uma ambiência em que as multifacetadas do processo educativo se evidenciam e trazem a possibilidade de se estabelecerem nexos internos e promover a inter-relação de saberes. Isso concorre para um tratamento mais adequado à natureza da ciência, que é multi e interdisciplinar.

Considera-se que os Institutos Federais, na construção de sua proposta pedagógica, façam-no com a propriedade que a sociedade está a exigir e se transformem em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, o que estará a traduzir um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado.

Qualquer que seja a proposta dentro dessa perspectiva, ela vem facilitada pela infraestrutura existente na rede federal. Os espaços constituídos, no tocante às instalações físicas dos ambientes de aprendizagem, como salas de aulas convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, que deve estar acessível a todos.

Esse lidar, pois, com o conhecimento de forma integrada e verticalizada exige uma postura que supere o modelo hegemônico disciplinar; significa pensar um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo e promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos. Para efeito de compreender o avanço no sentido da verticalização, é importante destacar a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica (entendendo-se essa integração em novos moldes).

Essa proposta, além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e os conhecimentos e habilidades relacionados ao trabalho, além de superar o conceito da escola dual e fragmentada, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica. Essa concepção cria perspectivas favoráveis quando se trata da formação de professores.

Na história da educação brasileira, a formação desses profissionais esteve quase sempre no plano dos projetos inacabados ou de segunda ordem, seja por falta de concepções teóricas consistentes, seja pelo academicismo exacerbado, seja pela ausência de políticas públicas contínuas e abrangentes. A fragilidade nas ações de valorização da carreira concorre para agravar esse quadro, haja vista a grande defasagem de profissionais habilitados em determinadas áreas. A organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes. A possibilidade de dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, faz que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização.

Esses profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade de ensino, de pesquisa e de extensão. A vinculação estreita entre as ciências e a tecnologia, em diversas áreas, é capaz de gerar uma concepção da formação que se configure num programa ou ciclo inicial, tendo como base cada uma das áreas das ciências, configuração que pode trazer caráter de terminalidade, como bacharelado.

A partir de então, seria possível encaminhar o educando para licenciaturas (Biologia, Física, Matemática, Química e afins), graduações tecnológicas ou engenharias. Por sua vez, esse segundo momento estaria estabelecendo um elo mais estreito com os cursos de pós-graduação lato e stricto sensu. Vale ressaltar que esse modelo

contribui para desfazer barreiras criadas em relação aos cursos superiores de tecnologia quando da sua vinculação à mera aplicação técnico-científica do conhecimento, em detrimento da ciência.

g) Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia

O fazer pedagógico desses institutos, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada.

O Brasil de hoje participa do ciclo de revolução tecnológica com grau relevante de conhecimento no processo de transformação da base científica e tecnológica. No que concerne à inovação tecnológica, trata-se de uma oportunidade singular para a EPT, que passa a exercer um papel, não único, porém fundamental, no crescimento que o país vivencia. No entanto, o universo do trabalho no Brasil contemporâneo é bastante complexo e heterogêneo. Nas últimas décadas, ao lado do modelo de produção taylorista/fordista (ainda não extinto), instalou-se um novo paradigma, decorrente das mudanças na base técnica, com ênfase na microeletrônica e na informática.

Esse contexto vem gerando novas demandas para a formação dos trabalhadores. Contudo, o quadro atual é de carência de profissionais qualificados, como mostra a pesquisa Demanda e perfil dos trabalhadores formais do Brasil em 2007, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A indústria é o setor que concentra a maior demanda por trabalhadores com experiência e qualificação profissional. Entretanto, dos 1,592 milhão de novos empregos com carteira assinada que foram criados no país, 35,4% se concentram no setor de serviços, seguido da indústria extrativista e da de transformação, com 28% do total.

A pesquisa revela, ainda, que somente 18,3% do total das pessoas que procuram por trabalho no Brasil têm qualificação adequada para imediatamente atender ao perfil dos empregos atualmente abertos. O perfil da escolaridade média da mão de obra em falta no Brasil concentra-se nos trabalhadores com 9,3 anos de estudos, o que se

traduz em trabalhadores que estão cursando, no mínimo, o ensino médio. Por outro lado, ainda é tímida a formação de profissionais pela modalidade de educação profissional e tecnológica.

Ainda nesse contexto, dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, apesar dos avanços do Brasil na cobertura do ensino fundamental e médio nas últimas décadas, a parcela de jovens com baixa instrução ainda é expressiva: quase 30% dos brasileiros entre 18 e 25 anos não têm sequer oito anos de estudo. Esses dados criam um descompasso em relação à tendência que já se observa na realidade produtiva, de estabelecer como exigência mínima de qualificação o ensino médio completo (atualmente, 12 anos de estudo). Cumpre ressaltar, também, que o Brasil possui a quinta maior juventude no mundo, sendo que, aproximadamente, apenas 50% estudam e, destes, 56% apresentam defasagem idade/ano.

A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. Trata-se, pois, de uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas. A educação para o trabalho nessa perspectiva se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação. Na extensão desse preceito, trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente.

O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível.

As políticas públicas e inclusivas para a educação, em especial, para a educação profissional e tecnológica, representam a intensificação da luta pela construção de um país que busca sua soberania e a decisão

de ultrapassar a condição de mero consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia. Os Institutos Federais, em sua concepção, reúnem trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades. As novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos. A ciência deve estar a serviço do ser humano e a comunicação da produção do seu conhecimento é premissa básica para o progresso.

O desafio colocado para os Institutos Federais no campo da pesquisa é, pois, ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo o trajeto da formação do trabalhador, representa a conjugação do saber na indissociabilidade pesquisa-ensino-extensão. E mais, os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de seu reconhecimento e valorização nos planos nacional e global.

i) Autonomia dos Institutos Federais

O conceito de autonomia pressupõe a liberdade de agir ou, em outras palavras, a possibilidade de autogestão, autogoverno, autonormatização. Exprime também certo grau de relatividade, pois se é autônomo sempre em relação a outrem. Observa-se, então, que a autonomia ocorre em sistemas relacionais, em contextos de interdependência.

Na lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), a questão da autonomia surge explicitamente em relação à sua natureza jurídica de autarquia e à prerrogativa de criação e extinção de cursos e emissão de diplomas. Porém, pode também ser inferida de sua equiparação com as universidades federais naquilo que diz respeito à incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos da educação superior. Aponta igualmente para a possibilidade de autoestruturação, necessária ao exercício da autonomia, o fato de a proposta orçamentária anual ser identificada para cada campus e

a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

O que está colocado para os Institutos Federais exemplifica claramente a relatividade da autonomia e demonstra a distinção entre esta e a soberania. A última é prerrogativa da nação, emanada do povo, como expressão maior da democracia. Por outro lado, a autonomia é poder concedido para autogestão com limites bem definidos pela missão social do agente. Em decorrência, a autonomia deve ser exercida nos limites de um projeto de nação esculpido democraticamente pela população. E à sociedade devem estar submetidos os interesses específicos de qualquer representação, por mais legítimos que sejam.

Deduz-se, então, que a previsão legal de autonomia, por si, não a concretiza no cotidiano escolar. Sua conquista implica a mudança nas relações e vínculos entre professores, alunos, escola e comunidade. A travessia de uma organização burocrática para uma democrática é lenta. Passa, necessariamente, pelo conhecimento e diálogo com os projetos de vida e de sociedade tanto dos sujeitos do cotidiano escolar quanto daqueles que deste não participam diretamente, mas que dele podem se beneficiar ou sofrer seus impactos.

Os Institutos Federais, com uma proposta singular de organização e gestão, no diálogo com as realidades regional e local e em sintonia com o global, costuram o tecido de uma rede social capaz de gerar, em resposta às demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, arranjos e tecnologias educacionais próprios. Vislumbra-se que se constituam em marco nas políticas educacionais no Brasil, pois desvelam um projeto de nação que se pretende social e economicamente mais justa. Na esquina do tempo, essas instituições podem representar o desafio a um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento.

Recentemente, no embalo do avanço neoliberal, incentivador do individualismo e do fracionamento social, tem surgido proposta de autonomia quase total dos campi dos Institutos Federais. Além de fragilizar o Instituto enquanto promotor de políticas públicas planejadas para todo um território, essa proposta é um expediente populista que busca agradar aos interesses corporativos mais atrasados.

O Instituto Federal deve ter reconhecimento público e legitimidade para sustentar políticas nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão com identidade própria e comprometidas com o desenvolvimento econômico e social de determinado território. A pulverização dos Institutos por meio de uma pretendida autonomia dos campi feriria de morte a sua proposta estruturante.

II Conceitos e Concepções

O debate sobre os Institutos Federais antecederam em cerca de um ano e meio as discussões sobre as Diretrizes Curriculares da Educação Técnica de Nível Médio, também coordenadas pela SETEC/MEC. Por isso, muitos dos conceitos e concepções produzidos durante os debates sobre os IFs foram incorporados nas Diretrizes. Mesmo porque, em nenhuma dessas situações, partimos do nada. Pelo contrário, nos valemos de uma rica discussão que vinha sendo desenvolvida por intelectuais, acadêmicos e dirigentes preocupados com as questões relacionadas à EPT, algumas, inclusive, incorporadas ao Documento-Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (2007). Mesmo porque os conceitos e concepções que nos orientaram, resguardadas algumas especificidades, são válidas para o conjunto da EPT, independentemente de seu nível.

Um elemento desse processo de subversão, desenvolvido sobre a base de grande indústria, são as escolas politécnicas e de agronomia, um outro elemento são as “écoles d’enseignement professionnel”, nas quais os filhos dos operários recebem algum ensino de tecnologia e do manejo prático dos diferentes instrumentos de produção. Se a legislação sobre as fábricas, que é a primeira concessão arrancada, com muito esforço, do capital, combina com o trabalho de fábrica apenas o ensino elementar, não há dúvida de que a inevitável conquista do poder político por parte da classe operária conquistará também lugar nas escolas dos operários para o

ensino tecnológico teórico e prático. (MARX, apud MANACORDA, 1991, 46).

Alguns conceitos são fundamentais para a compreensão das concepções que orientam a criação dos Institutos Federais.

a) Formação Humana Integral

Trata-se de superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao “treinamento” para a execução de determinadas tarefas. Antes de formar o profissional, trata-se de formar o cidadão, capaz de compreender o processo produtivo e seu papel dentro dele, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí. Essas relações ocorrem dentro de um determinado processo histórico onde o trabalho em busca da satisfação das necessidades materiais e subjetivas possibilita ao ser humano construir novos conhecimentos. Conforme Ramos (2005):

Assim a história da humanidade é a história da produção da existência humana e a história do conhecimento é a história do processo de apropriação social dos potenciais da natureza para o próprio homem, mediada pelo trabalho. (RAMOS, 2005, p. 115).

Esta construção epistemológica é mediada pela realidade concreta, compreendida como uma totalidade, ou seja, síntese dialética de múltiplas relações. O conhecimento é produzido socialmente pela apreensão e compreensão das relações que constituem e estruturam a realidade concreta. O conhecimento produzido é a síntese que representa o concreto, produzida coletivamente pela intervenção dos seres humanos nesta realidade, por meio do trabalho das mais diferentes naturezas.

A formação humana omnilateral inclui o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho tem de ser compreendido tanto em seu sentido ontológico, enquanto realização humana, quanto prática econômica associada ao modo de produção. Quando a pesquisa é aplicada ao processo produtivo, produzindo o avanço das forças produtivas, ela transforma-se em tecnologia.

Esta sociedade produz um conjunto de valores, orientadores de comportamento em determinado momento histórico, ou seja, uma cultura hegemônica.

[...] o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos, como a formação inicial, o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (BRASIL, 2010, p. 42).¹

Sendo assim, ao se inserir no processo produtivo o homem desenvolve sua compreensão deste e do mundo, produzindo novos conhecimentos. O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de modo que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender.

b) Cidadania

O conceito de cidadania surge no contexto das revoluções burguesas na Europa, especialmente, a Revolução Francesa de 1789. A burguesia, responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas, enriquecida mas excluída de direitos sociais e políticos pela aristocracia decadente, assume a vanguarda da luta pela igualdade de direitos. Essa luta pela cidadania plena resumia-se, basicamente, em liberdade (direitos políticos), igualdade (direitos sociais) e

¹ (BRASIL. MEC/SETEC/GT. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio em debate - Texto para Discussão, 2010, p. 42).

propriedade (direitos econômicos). Somente a concretização dessas três dimensões caracteriza a cidadania plena.

No momento histórico da elaboração deste conceito a burguesia representava o segmento mais avançado da sociedade encarnando, desta forma, os anseios de transformação de todas as classes dominadas. Com a transformação da burguesia em classe dominante e conservadora, a direção da luta pela transformação social passa para as mãos do proletariado clássico, cuja luta pela cidadania se traduzia em igualdade e justiça. O desafio histórico dos trabalhadores é o fato de que eles só podem se emancipar emancipando a todas as classes sociais. Com a consolidação do capitalismo moderno, o conceito de cidadania adquire um novo e radical significado calcado na igualdade, pois o capitalismo, apesar de sua origem progressista, passa a ser negador da cidadania plena. Após a revolução técnico-científica, o funcionamento do sistema vai depender da qualificação dos trabalhadores, razão pela qual é possibilitado a estes o “treinamento” de competências, sem, contudo dispensar-lhes uma educação verdadeira, uma educação integral e omnilateral.

Portanto, para os IFs, a educação tem de ser concebida no sentido freiriano como instrumento de libertação individual e coletiva, em que o educando passa a compreender as engrenagens sociais nas quais está inserido, naquela determinada circunstância histórica e seu papel na mesma.

c) Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura

Partimos do conceito de trabalho pelo fato de o compreendermos como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana. A dimensão ontológica do trabalho é, assim, o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais.

O caráter teleológico da intervenção humana sobre o meio material, isto é, a capacidade de ter consciência de suas necessidades e de projetar meios para satisfazê-las, diferencia o homem do animal, uma vez que este não distingue a sua atividade vital de si mesmo, enquanto o homem faz da sua atividade vital um objeto de sua vontade e consciência. Os animais podem reproduzir, mas

o fazem somente para si mesmos; o homem reproduz, porém de modo transformador, toda a natureza, o que tanto lhe atesta quanto lhe confere liberdade e universalidade. Dessa forma, produz conhecimentos que, sistematizados sob o crivo social e por um processo histórico, constituem a ciência.

A compreensão da realidade concreta, enquanto totalidade e a reflexão sobre a mesma, elevando o real ao nível do pensamento, produz a teoria, instrumento essencial para a intervenção nesta mesma realidade, objetivando compreendê-la e transformá-la. O conhecimento teorizado, sistematizado, produz ciência.

Nesse sentido, a ciência conforma conceitos e métodos cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. (BRASIL, 2011, p. 19-20)².

Na medida em que a ciência intervém na realidade, promovendo o avanço das forças produtivas, ela produz a técnica e a tecnologia.

Para Gramsci, a cultura é a produção de símbolos, representações, significados que expressam determinada estrutura social e política de uma sociedade determinada e em um momento histórico. É parte da ideologia que dá coesão ao bloco social.

Não se trata de ignorar a dimensão do trabalho enquanto prática econômica destinada à sobrevivência do homem e à produção de riquezas, mas de entendê-lo em sua dimensão ontológica e como prática social.

Uma visão progressista da educação profissional e tecnológica não a reduz a simples preparação técnica ou treinamento para o desempenho de determinada atividade produtiva. O mercado em uma sociedade capitalista é uma realidade inarredável e, portanto, a formação profissional tem de tê-lo como uma referência. Ele, porém, é dinâmico e sofre transformações em ritmo cada vez mais acelerado, quer pela dinâmica do capital, quer pela ação dos indivíduos

2 Caderno III – O currículo do ensino médio, seus sujeitos e o desafio da formação humana integral. Disponível em: <www.emdialoo.uff.br/content/caderno>. Acesso em: 20 jan. 2015.

fazendo avançar a tecnologia e as forças produtivas. Quanto maior a compreensão desta dinâmica econômica e social, melhores condições de interferir neste processo histórico o trabalhador terá.

O homem é um ser histórico, agindo dentro de determinadas circunstâncias e condicionado em sua ação por estas e pela cultura da época. Um dos papéis da educação é, além de possibilitar o acesso aos conhecimentos específicos, promover a reflexão crítica sobre os padrões culturais vigentes e as formas de desenvolvimento progressista das forças produtivas, possibilitando o estabelecimento de relações sociais cada vez mais justas e igualitárias.

d) O Trabalho como Princípio Educativo

A compreensão de trabalho como princípio educativo é o elemento básico para a organização curricular, definição de conteúdos e estabelecimento da metodologia.

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa entender o trabalho como princípio educativo, o que não significa aprender fazendo, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

[...]

Se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitem compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão atuar

de maneira autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade (BRASIL. MEC/SETEC, 2007, p. 45-47).

A cultura estabelece a síntese entre a formação geral e a formação específica, permitindo a compreensão do momento histórico e dos meios de fazê-lo avançar no sentido do progresso. Esta é a dimensão ideológica que nos transforma em sujeitos da história, com visão crítica e compromisso com o avanço progressista da sociedade. Logo, formação específica, formação geral e cultura são pontos indissociáveis de uma formação integral.

e) O Educando Enquanto Produtor de Conhecimentos

Para que os alunos se transformem em sujeitos da história, é necessário que eles recebam uma educação integral, que os tornem capacitados a produzirem conhecimentos. O enciclopedismo pedagógico gera seres humanos passivos e conhecimentos descartáveis.

Um projeto pedagógico, em qualquer nível, deve incentivar a autonomia e a produção de conhecimentos por meio da pesquisa. O educador deve ser cada vez mais um orientador, coordenador e incentivador da busca de conhecimentos, que estão espalhados por muitos lugares e não apenas na cabeça do professor "sabe-tudo". A pesquisa deve ser o princípio pedagógico central de qualquer processo de aprendizagem. Isso é válido para todos os níveis de ensino.

No caso da educação profissional e tecnológica, a pesquisa só tem sentido quando se transforma em extensão, pois ela, necessariamente, tem de ser aplicada, útil à sociedade ou não servirá para nada. Aliás, ensino, pesquisa e extensão tem de estar umbilicalmente ligados, superando a característica de atividades separadas e independentes. No caso específico dos Institutos Federais, a produção de tecnologias sociais deve ser uma das prioridades.

III. Formação Acadêmica x Docência nos Institutos Federais: Uma contradição a ser superada

Os Institutos Federais não são, não pretendem ser e não devem ser uma universidade. Isso não significa menor (ou maior) importância em relação às instituições acadêmicas. São uma outra institucionalidade, igualmente importante criada para cumprir uma outra missão na sociedade brasileira, com tarefas semelhantes as da universidade, mas não iguais. O centro desta missão é seu compromisso com as políticas públicas em um determinado território visando ao seu desenvolvimento com melhoria na qualidade de vida da população.

Isto afirmado desta forma, pode surpreender, principalmente aos jovens docentes oriundos de nossas universidades e informados pela hegemonia neo-liberal hegemônica culturalmente junto às camadas médias da população.

A partir do final da década de 1980, a hegemonia neoliberal, matriz do individualismo pequeno-burguês, começa a se consolidar nas sociedades capitalistas, inclusive no interior das instituições. Mesmo com a derrocada econômica do neoliberalismo a partir da grande crise iniciada em 2008, a crise da esquerda no âmbito mundial permite que a hegemonia cultural continue sendo neoliberal. Isso se reflete de maneira muito forte no interior da universidade brasileira, inclusive da pública.

Isso se deve em nosso entendimento a dois fatores:

O primeiro é o distanciamento que foi se estabelecendo entre parte significativa da universidade e a sociedade, especialmente dos segmentos mais populares. A hegemonia neoliberal, a derrota dos projetos igualitários, a elitização do acesso foram empurrando a universidade para a direita, para uma certa arrogância pequeno-burguesa, mesmo quando mantém uma retórica de esquerda.

O advento do governo Lula estabelece um marco divisório na história brasileira, inclusive na história de nossas instituições de ensino, em todos os níveis. Boa parte dos corpos docente e

discente reagiram negativamente a todas as políticas de expansão e democratização do ensino superior, sob os mais diversos pretextos. Foram contra o REUNI que dobrou as vagas nas universidades, contra os Institutos Federais que abriram 500 mil vagas, contra a elevação do número de alunos por professor visando acabar com a escandalosa relação 9 alunos por professor, contra o PROUNI que abriu mais de um milhão de vagas nas universidades privadas para filhos de trabalhadores, contra as cotas sociais e raciais que feriram de morte a elitização da universidade pública. Enfim, uma agenda tipicamente direitista, embora assumida por meio de uma retórica esquerdista. Tentaram de todas as formas, inclusive invadindo todas as Reitorias do país, manter fora do ensino público milhões de jovens, quando a bandeira da expansão do ensino público e da democratização do acesso sempre foram bandeiras históricas das forças progressistas.

A segunda causa, relacionada com a primeira, é que a universidade passa a sofrer uma fragmentação, que pode ser percebida na departamentalização e, nesta, a existência de grupismos com disputas internas insufladas por egos gigantescos, o contrário da qualidade de suas produções acadêmicas. Até mesmo a denominação universidade, honrosa durante séculos, torna-se pequena para o tamanho de suas vaidades e passa a ser chamada de “Academia”.

Com a crise da esquerda, a ausência de projetos coletivos cede lugar aos projetos pessoais e, no limite, aos projetos de corporações específicas descolados de qualquer projeto nacional. Para isso, protegem-se em um conceito muito próprio de autonomia entendendo-a como soberania quando esta é uma prerrogativa da nação e mesmo assim delegada pelo povo e nunca de nenhuma instituição isoladamente.

A autonomia se exerce nos limites de um projeto de nação, escolhido democraticamente pela população que nos emprega e paga nossos salários.

Essa cultura academicista é a que informa a postura profissional de uma grande parte de nossos jovens mestres e doutores que ingressam nos Institutos Federais, concebidos para fazer do ensino de pesquisa e extensão ferramentas a serviço do desenvolvimento social e da promoção de iniciativas que contribuam para a redução das

desigualdades sociais. Isso ocorrerá por meio de um conhecimento não fragmentado, da pesquisa aplicada e da integração dialética entre ensino, pesquisa, extensão e entre ensino técnico e tecnológico.

Ao chegar aos Institutos Federais, os nossos docentes, recém-egressos das universidades, muitas vezes tentam reproduzir a cultura acadêmica de descompromisso social, projetos pessoais de pesquisa, reclamação das condições “precárias”, sem considerar a urgência necessária para a inclusão de milhares de jovens e colocando suas condições de trabalho acima dos interesses desses jovens que estamos retirando da exclusão e da marginalização.

Quando vemos profissionais protestando porque o ar-condicionado ainda não foi instalado, porque existem obras em andamento e o acesso ao campus ainda não foi asfaltado, percebemos o quanto foi profunda a penetração dessa ideologia conservadora e individualista. Essa emergência que, muitas vezes ocorre nos novos campi, é a emergência de milhares de jovens que têm ali a única oportunidade para a construção de uma vida digna.

Ressalta-se que todas essas unidades iniciam suas atividades, com a necessária dotação orçamentária, recursos humanos definidos e equipamentos adquiridos. O que ocorre algumas vezes é o incontornável período necessário à instalação dos equipamentos ou à conclusão de obras, geralmente por problemas alheios à gestão do campus. Essa postura torna-se surreal quando nossos docentes, técnicos ou estudantes que ingressaram nos Institutos Federais graças à expansão, fazem greve contra a expansão.

Essa realidade aumenta a necessidade de que os Institutos Federais invistam fortemente na formação desses novos profissionais. Não se trata de formação acadêmica ou técnica. Esta, os mesmos já a possuem, pois são detentores de títulos de doutores ou mestres e mesmo quando só graduados, geralmente são oriundos de boas universidades. Trata-se de formação política que lhes permita conhecer o Projeto Político-Pedagógico dos Institutos Federais com suas peculiaridades.

Alega-se que alguns dirigentes da Rede Federal, eles próprios, não dominam a proposta dos Institutos Federais e por isso não conseguem promover esse debate. Mesmo que isso seja verdadeiro,

se houver comprometimento com a proposta dos Institutos, existem pessoas ou instituições que podem colaborar para que esse objetivo seja alcançado.

O que queremos enfatizar é a importância da formação continuada neste período de implantação e consolidação dos Institutos Federais. Sem isso, é muito difícil que esse projeto sobreviva, pois ele está intrinsecamente vinculado a um projeto de sociedade e a uma visão política da EPT.

A referência na universidade é muito forte. Aliás, a única existente até então. Criar uma nova referência é o desafio dos dirigentes da Rede Federal e uma tarefa das mais importantes para o futuro da EPT em nosso país.

IV Institutos Federais: Um Futuro em Aberto³

A lei nº 11.892/2008 criou a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por uma Universidade Tecnológica, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET-RJ e CEFET-MG) e pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades.

O principal objetivo era a criação e a efetivação de uma nova matriz institucional, capaz de redirecionar a política educacional e ao mesmo tempo potencializá-la por meio da expansão de unidades. Essa nova matriz baseava-se nos Institutos Federais, o centro da política de reestruturação da Rede Federal, sendo que a permanência das outras institucionalidades pode ser considerada um resquício da conjuntura política que não conseguiu agregar a totalidade das instituições.

Como nova matriz institucional, os Institutos Federais se constituíram como uma promessa revolucionária, pois, entre outros

3 Texto de autoria de Marcelo Minghelli. Ex-secretário de Ciência e Tecnologia do Acre, Secretário Adjunto do Aprfeiçoamento Institucional da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

fatores, agregava instrumentos inovadores, como a verticalidade, a certificação de saberes não formais, a formação de professores, além de apresentar uma capilaridade e uma adequação aos arranjos produtivos locais.

No entanto, no campo da operacionalização, existem alguns elementos cuja efetivação coloca em risco a potencialidade prometida. Nesse sentido, faz-se importante distinguir a concepção normativa e ideal estabelecida no campo do dever-ser, da perspectiva real desenvolvida na institucionalidade e na conjuntura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim como Bobbio (1986) faz a análise comparativa entre os ideais da democracia e a democracia real, é importante distinguir os ideais para os quais os Institutos foram criados, da realidade que neles se concretiza. Bobbio (1986, p. 21) cita a fala elaborada por Pasternak em “Il dottor Zivago”: “Aconteceu mais uma vez na história. O que foi concebido como nobre e elevado tornou-se matéria bruta. Assim a Grécia tornou-se Roma, assim o iluminismo Russo tornou-se a revolução russa”. Assim, modificando e seguindo o mesmo método do professor Italiano, incluindo, os Institutos criados para serem o ponto de convergência dos estudos teóricos, políticos e tecnológicos, com o claro objetivo de interpretar o mundo e transformá-lo, tornaram-se um pouco mais do mesmo.... Ressalto que ainda é cedo para efetivar tal afirmação, pois os IFs ainda são uma novidade em construção, na qual mantemos os ideais e sonhos iniciais.

É, portanto, da matéria bruta e não dos ideais que se irá falar, ou seja, a análise parte do contraste entre o que foi prometido e do que foi realizado, ou ainda, do que que não se econtra satisfatoriamente desenvolvido, pois, deve-se levar em conta a juventude do projeto que alcança apenas três anos.

É evidente, deve-se esclarecer, que na análise do que foi idealizado serão estabelecidos alguns cortes ao se elencar tópicos da matriz ideal dos Institutos, retirados principalmente do texto normativo da Lei federal nº 11.892/2008 e dos textos do professor Eliezer Pacheco⁴. A presente análise não tem a pretensão de ser exaustiva, mas antes

4 Ver Pacheco (2011).

disso, provocativa. O próprio Pacheco, afirma que o futuro dos Institutos é um futuro por armar, no entanto, sem abandonar uma visão otimista é preciso apontar que algumas dimensões do novo projeto institucional já estão “por desarmar”.

Assim, esclarecida a intencionalidade da análise, destacam-se as promessas não cumpridas, ou melhor, as dimensões do novo projeto institucional que encontram dificuldades de efetivação.

Autonomia: qual autonomia?

Os Institutos Federais são autarquias dotadas de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, segundo o parágrafo único, do Art. 1º da Lei nº 11.892.

Na dimensão normativa não há muito para se dizer, pois, o conceito de autarquia já se encontra estabilizado na doutrina e na jurisprudência nacional. Para exemplificar e trazer exemplos didáticos, podemos citar a definição de Justen Filho (2012):

Autarquia é uma pessoa jurídica de direito público, instituída para desempenhar atividades administrativas sob o regime de direito público, criada por lei que determina o grau de autonomia em face da Administração Direta. (JUSTEN FILHO, 2012, p. 237).

Como pessoa jurídica de direito público, ela está submetida aos mesmos mandamentos legais da Administração Pública direta, não podendo atuar de forma equiparada aos particulares. Sua autonomia manifesta-se em cinco dimensões jurídicas: a) patrimonial; b) organizacional; c) competência própria; d) recursos financeiros e; e) didático-científica (no caso dos Institutos e Universidades).

O problema da autonomia dessas autarquias surge na dimensão política e na dimensão de relações institucionais com a Administração Pública Direta, com os órgãos de controle e com matriz do ordenamento jurídico nacional.

A efetivação da autonomia, no campo do real, ainda não encontrou uma “calibragem” satisfatória, expondo os Institutos

a riscos que ameaçam as finalidades para as quais o projeto foi concebido.

Conflito entre Administração Pública Direta e Autarquia: a falácia do discurso da autonomia como proposta eleitoral de reitores

Na dimensão jurídica o poder de tutela sobre as autarquias é relativamente simples, pois, os conceitos de autonomia e soberania não se confundem. Explica Justen Filho (2012):

A autarquia não pode ser titular de poderes que a tornem imune ao controle e tutela da Administração direta, pois, se encontra subordinada, necessariamente, à Administração direta. Esse vínculo de subordinação é usualmente identificado pela expressão “poder de tutela”, que indica o controle exercitado pelo ente da Administração direta sobre os sujeitos da Administração indireta que estão a eles vinculados. O Poder de tutela não significa competência para revisar diretamente as ações ou omissões praticadas no âmbito da autarquia. Cabe à pessoa política o poder jurídico de verificar a regularidade da atividade desenvolvida no âmbito autárquico. (JUSTEN FILHO, 2012, p. 240).

Na dimensão da política a relação não é nada simples e traz consequências para o plano interno e externo. No plano interno, os processos eleitorais dos Institutos e das Universidades, além dos problemas tradicionais, surge sempre a questão da autonomia. Alardeada pelos sindicatos, a bandeira da autonomia vira a bandeira da soberania e implica na imediata desvantagem ao candidato que não a assume dessa forma.

A comunidade acadêmica se transforma em uma comunidade eleitoral composta pelos segmentos de professores, técnicos e alunos. Essa comunidade eleitoral passa a atuar em bloco corporativo, exigindo vantagens para a corporação de funcionários públicos, que não raras vezes leva um grande número de alunos. Quando

a corporação substitui a comunidade acadêmica, prevalece uma espécie de cidadania do self interest⁵, que redireciona a Instituição para priorizar os temas corporativos. Não foram raros os exemplos de instituições que se fecharam para políticas de democratização, mas o maior problema é que a autônoma alardeada nos discursos políticos internos não existe.

Os Institutos Federais como autarquias, estão inseridos em um complexo sistema de relações institucionais com órgãos da administração pública direta, órgãos de controle e dentro de um ordenamento jurídico que limita a perspectiva real da autonomia.

A Gestão dos Institutos Federais e as relações jurídico-institucionais

Nessa dimensão das relações institucionais e com o ordenamento jurídico, é necessário ter a clareza que os Institutos Federais, criados pela Lei nº 11.892/2008, são instituições típicas do que a doutrina costuma classificar de um estado de bem-estar social. Um modelo estatal que, em resumo, se caracteriza pelo protagonismo dos agentes de Estado e com uma forte atuação nas áreas de educação, saúde e seguridade social.

No entanto, o conjunto normativo que circunda essas instituições, são excessivamente limitantes e característicos de um modelo de Estado mínimo, em que o foco está no controle e não na execução de políticas públicas. Para mencionar alguns exemplos, pode-se falar da Lei nº 8.666/93 que não diferencia, substancialmente, as áreas sociais fundamentais como educação e saúde das demais atividades do Estado. O mesmo acontece com a Lei nº 8112/90⁶ que não

5 Em síntese, trata-se da configuração da cidadania do self interest, no qual o aparato de cidadania na sua dimensão jurídica possui a finalidade de criar uma esfera de proteção para a busca das satisfações pessoais ou de uma determinada corporação.

6 Art. 96-A. O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País. (Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009).

diferencia os servidores públicos dos professores dessas instituições, cuja necessidade de capacitação é evidente pela própria natureza do serviço educacional. A Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/2000 também são exemplos de textos normativos limitantes, que não contemplam a peculiaridade dessas instituições, além de não existir uma fonte de recurso vinculado. Como afirma Justen Filho (2012):

O quarto aspecto se refere aos recursos financeiros para a atuação da autarquia. Em alguns casos a lei prevê recursos próprios, vinculados necessariamente à autarquia. Assim se passa, por exemplo, quando a lei institui um tributo vinculado em prol da entidade. Mas há casos em que a autarquia dependerá de transferência de recursos do ente a que se vincula. Isso implicará na redução da sua capacidade de formular escolhas autônomas. (JUSTEN FILHO, 2012, p. 240).

A própria Administração pública direta tem receio em resolver o problema da autonomia financeira, pois, pode significar a não adesão das instituições aos programas de governo ou mesmo o apoderamento excessivo das corporações internas das instituições, como o que aconteceu no caso de diversas universidades brasileiras. Como afirma Almeida Filho, reitor da UFBA, não por acaso citado no texto de Pacheco (2011):

A universidade brasileira perverte o conceito de autonomia. Onde precisa não exerce autonomia, pois, em seu cotidiano, a gestão dos meios segue pautas extrainstitucionais e obedece a marcos heterônomos. Entretanto, docentes e

§ 1o Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim. (Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009).

§ 2o Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório, que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares para gozo de licença capacitação ou com fundamento neste artigo nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

dirigentes reivindicam autonomia dos fins. Tal posição tem justificado, por exemplo, rechaçar políticas de ações afirmativas e inclusão social, o que pouco contribui para tornar mais justa a sociedade que abriga, sustenta e legitima a universidade. Na atual conjuntura nacional, rica em oportunidade e desafios, pode a defesa da autonomia justificar o conservadorismo social, imobilismo institucional e ranço acadêmico? Penso que não. (PACHECO, 2011, p. 62).

Em síntese, é compreensível que a gestão das instituições de ensino federais tenham certas inconsistências, que são características de uma macro conjuntura que apresenta uma dupla relação conflituosa. A primeira entre uma matriz jurídica de Administração Pública típica de um Estado mínimo e uma política de governo que tenta instituir um Estado de Bem-Estar Social e a segunda entre os interesses internos da corporação e os interesses sociais ou mesmo dos entes da Administração direta.

Verticalidade

Segundo Pacheco (2011, p. 30) a proposta político-pedagógica dos Institutos Federais tem como um de seus fundamentos a verticalidade e a integração do saberes científicos, tecnológicos e culturais para a resolução dos problemas contemporâneos da sociedade.

O objetivo do projeto é superar a fragmentação dos saberes representada pela matriz das Escolas Técnicas e das Universidades. A separação desses dois mundos, da Escola Técnica e da Universidade é uma herança da civilização helênica que influenciou todo o ocidente, mas que no Brasil foi potencializado pela sociedade escravagista e a pela cultura ibérica.

Essa herança trazia um estrato hierarquizado do conhecimento, combinado com estratificação das classes sociais. Verifica-se, que tanto Aristóteles quanto Platão distinguiram as formas de saber, sendo que o segundo adaptava-os claramente a classes mais superiores e inferiores. Para exemplificar o pensamento clássico pode-se utilizar as distinções elaboradas por Aristóteles, com as quais se verifica a separação entre os saberes instrumental, prático e teórico.

TRABALHOS E SABERES

Tipo de Atividade	Agente que a exerce	Finalidade da Atividade	Saber Correspondente
Poiesis (fabricação): atividade produtiva, desenvolvida mediante a <i>téchne</i> .	Artesão	Fim para outrem	Instrumental (a técnica ou a arte)
Praxis (ação, fala): atividade prática, desenvolvida mediante a <i>phrónesis</i> , a virtude da prudência.	Phrónimos O político	Fim em si/ para outrem	Prático (a ética, a política e a economia)
Theoria (contemplação): atividade contemplativa da <i>epistéme</i> , <i>sófia</i> e <i>noûs</i> .	Sóphos O sábio	Fim em si Autotélica	Teórico (a metafísica, a física e a matemática)

Fonte: o autor⁷

A Universidade e a Escola Técnica, de certa forma, e feitas as devidas considerações históricas e teóricas, perpetuavam essa hierarquização e estratificação dos saberes. O mundo da academia não podia ser contaminado pelos saberes dos artesões e pelo mundo da vida, bem como, a Escola Técnica deveria se preocupar exclusivamente com a formação técnica de um cidadão de segunda categoria, para os quais não importavam os conhecimentos teóricos. Esse cidadão era o trabalhador, vislumbrando assim a ideia de que as universidades foram feitas para a elite e as escolas para os trabalhadores.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram concebidos para quebrar essa hierarquia e romper com essa estratificação. Significa dizer, que os Institutos Federais não são uma escola técnica e, também, não são uma universidade, pois, se caracterizam pela matriz marxista da indissociabilidade entre os

⁷ Quadro elaborado pelo autor, com base em leitura de BESNIER, Bernard. A distinção entre Praxis e Poiésis em Aristóteles. Disponível em: <<http://www.analytica.inf.br/analytica/diagramados/4.pdf>>. Acesso em: dez. 2014.

compromissos de ordem técnica, prática e compreensão teórica. Os Institutos Federais são o ponto de convergência dos estudos teóricos, políticos e tecnológicos, com o claro objetivo de interpretar o mundo e transformá-lo.

No entanto, a verticalidade, na grande maioria das instituições, tem se resumido à oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem uma política indutiva para que o aluno percorra um itinerário formativo dentro de um determinado eixo tecnológico.

Mesmo com a aprovação da política de cotas, os Institutos Federais ainda não apresentaram uma política clara de indução da verticalidade, cuja significação parece cair numa abstração conceitual e formal. Pois bem, a verticalidade precisa ser induzida, para que o aluno percorra, de forma individualizada e concreta, o itinerário formativo dentro de um determinado eixo tecnológico que o leve da educação básica até o doutorado.

Não se trata de uma corrida no estilo do revesamento quatro por cem, mas de uma maratona a ser percorrida por cada indivíduo, cabendo à instituição o papel de fomentar, motivar e suprir de nutrientes o maratonista. Para tanto, faz-se necessária a formulação de planos de assistência estudantil e estruturas organizacionais dedicadas ao processo de verticalidade.

Poucas instituições possuem ou estão fomentando essas estruturas e políticas e, em sua grande maioria, restringem-se a copiar a estrutura organizacional das Universidades.

Outro aspecto que coloca em risco a verticalidade é a inexistência de uma política de capacitação de professores para o desempenho satisfatório da tarefa. No cotidiano das instituições um professor, numa semana, pode dar aula para um curso de educação de jovens e adultos (Proeja), no médio integrado, no superior e na pós-graduação.

O docente de EBTT não é um personagem de Satan Lee, capaz de sofrer mutações que possam dar capacidades especiais, permitindo-lhe desempenho satisfatório, em contextos e universos de aprendizagem diferentes sem um processo de formação induzido para esse fim específico.

Certificação

Os Institutos Federais foram concebidos com a competência para a certificação de saberes não formais, ficando responsáveis pela operacionalização do artigo 41 da Lei nº 9.394/96. Na verdade a Lei nº 11.892 de 2008 ⁸ estabeleceu uma dupla competência, pois os Institutos Federais podem certificar as competências dos indivíduos e acreditar outras intuições para a mesma tarefa.

Trata-se de uma importante ferramenta de inclusão social que confere uma espécie de cidadania profissional aos trabalhadores que adquiriram seus conhecimentos no mundo do trabalho, além de se tornar importante para uma política de reinserção na estrutura formal de educação. Assim, a capacidade de certificação de saberes articuladas com as políticas de verticalidade poderiam, em tese, possibilitar a reinserção de trabalhadores no sistema formal de educação, bem como elevar o nível de escolaridade com a construção de itinerários formativos.

Trata-se de um novo instrumento que não encontra precedentes no país ou mesmo fora dele, como afirma Pacheco (2011):

Nas duas últimas décadas, diversos países têm empreendido esforços com o objetivo de desenvolver métodos e sistemas que possibilitem o reconhecimento dos saberes laborais. Nesse contexto, o advento dos Institutos Federais pode contribuir para o sucesso desse

8 Art. 2o Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1o Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2o No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3o Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

processo no Brasil. No entanto, o simples fato desses institutos adquirirem essa prerrogativa não elimina um conjunto de procedimentos técnicos e legais complementares para a efetiva aplicação do admitido em lei. (PACHECO, 2011, p. 71).

No entanto, a experiência de certificação não tem alcançado escala e ocupa um papel muito tímido no cotidiano institucional, seja pelo excesso de cuidado na formação de métodos e itinerários formativos, seja pela falta de articulação de políticas públicas que poderiam potencializar o referido instrumento.

A nova competência, possibilitada pelo novo texto normativo, não consegue ser vista ou percebida como um instrumento real do processo educacional. E nesse ponto, encontra-se, a maior ameaça ao projeto, qual seja, a matriz modifica-se, mas a forma de vê-la e administrá-la não.

Crise de Identidade: o novo visto com os olhos do velho

Os Institutos, definitivamente, significam uma nova matriz institucional cujo potencial não encontra precedentes na história da educação brasileira. Sua capilaridade e interiorização criam a possibilidade de potencializar qualquer política pública educacional, pois, são mais de 400 unidades espalhadas pelo Brasil.

Para a implantação e efetivação dessa nova matriz institucional também é necessária uma nova forma de gestão. Não se pode esperar resultados diferentes de uma nova matriz institucional se ela continuar sendo gerida da mesma forma que as Universidades e as Escolas Técnicas.

Esse parece ser o caso, com raras exceções, da gestão dos Institutos Federais que dividem-se em dois grandes grupos. Obviamente essa divisão não é homogênea, nem linear, mas serve, como na metodologia weberiana, para exemplificar e manipular didaticamente a realidade social.

O primeiro, ainda está vinculado ao universo das escolas técnicas e é melhor representado por aqueles Institutos provenientes das

antigas escolas intituladas de agrotécnicas. Nesses institutos, a nova matriz institucional significou um conjunto de mudanças que ainda não foi absorvida pela gestão e pela comunidade acadêmica. Além disso, a mudança veio acompanhada de um aumento significativo de professores e técnicos⁹, fazendo com que a gestão tivesse de capacitar novos servidores para a nova matriz sem que ela própria a compreenda.

O resultado, não por culpa ou responsabilidade, é evidente e segue em duas linhas de consequências. A primeira, é de que na ausência de conhecimento para ensinar o novo que não se compreende, a tradição e as velhas práticas renovam-se e reassumem o seu lugar, mas agora de maneira revigorada. Revigorada, pelo fato do novo não funcionar na visão do antigo gestor ou servidor, que como todo o ser humano tende a repetir o que já foi assimilado, realizando um processo de recuperação ideológica conservadora da nova matriz.

Como já se afirmou anteriormente, é ingênuo pensar que o corpo administrativo e a comunidade acadêmica dessas instituições, incorporadas ao modelo dos Institutos Federais, sofrem uma mutação genética capaz de torná-los competentes para operar e efetivar a nova matriz. A Lei nº 11.892/2008 não seria o primeiro caso de um instrumento normativo que sofreria um processo de recuperação ideológica¹⁰ que comprometesse de maneira significativa a sua efetividade. Assim, a norma é insuficiente para substituir o caldo cultural da tradição, carregado de significações que os sujeitos institucionais utilizam como ferramentas para a vida institucional.

Na visão desses sujeitos, o novo ou não funciona ou não é possível de ser implementado e como tática de sobrevivência se aclamam os velhos métodos das escolas. Perpetuando assim, a tradição conservadora do ensino com a nova roupagem, mais elegante e imponente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, administrados, agora, por um "Reitor".

9 Para o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional foram e estão sendo incorporados cerca de 19 mil novos servidores.

10 "Entende-se por recuperação ideológica, em sentido lato, os sentidos de argumentação pelos quais são redefinidos os sentidos críticos, para readaptá-los à função de representação ideológica dos discursos tradicionais". (WARAT, 1995, p. 161).

O segundo grupo de instituições já se encontrava num processo de metamorfose institucional com a pretensão de virar Universidades Tecnológicas. A comunidade e a infra-estrutura desses espaços apontavam para a potencialidade de se tornar Universidades. Este processo foi interrompido pela implementação da matriz dos Institutos.

Interrompidas parcialmente, pois, na operacionalização da nova matriz, as concepções, do que podemos chamar de matriz universitária, foram incorporadas com certa naturalidade. Constatação que pode ser feita ao se observar o organograma dos Institutos Federais expresso em seus estatutos, cujo modelo segue o padrão das universidades. Por consequência, a inovação, a extensão tecnológica, a verticalidade, a transversalidade e a autonomia das unidades perdem espaço e passam a reproduzir o sistema universitário.

Nessas instituições, o discurso acadêmico típico da vida universitária é muito forte e ganha densidade com a nomeação de novos professores oriundos da universidade. O que se pode perder é o contato com o mundo do trabalho ou mesmo a característica da pesquisa aplicada, ou ainda a produção de produtos inovadores para geração de patentes.

Em suma, nos dois grupos de instituições, o projeto dos Institutos Federais encontra-se ameaçado, pelo menos parte dele, sem que sua promessa de matriz institucional revolucionária não pode se concretizar.

Considerações Finais

O projeto da nova matriz representada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, representam, em tese, uma revolução na educação profissional. Suas novidades propostas e sua força institucional não encontram precedentes na história da educação brasileira.

No entanto, a ausência de progresso em algumas dimensões ou características do projeto, pode comprometê-lo de maneira irreparável. Aliás, pode torná-lo numa nova instituição burocratizada

dominada pelas corporações internas, da qual o país não precisa mais.

A ausência de discussão desses elementos e mesmo a incapacidade de gerenciamento dessas novas características devem ocupar um local central do debate sobre os Institutos Federais, sob pena de a massa bruta superar o ideal, mais uma vez na história.

ANEXO

Consolidar os Institutos Federais – missão estratégica para o país

Resumo: O presente texto discute alguns resultados preliminares de uma investigação que estamos realizando sobre o impacto da expansão da educação profissional e tecnológica no território de Águas Emendadas (DF-GO-MG), em particular com a chegada dos Institutos Federais. As informações coletadas até aqui demonstram a afirmação da nova institucionalidade da educação profissional e tecnológica a partir da criação dos Institutos Federais e a dificuldade de lidar com as antigas estruturas originárias das escolas agrotécnicas e agrupadas agora nos 38 Institutos Federais. Será essa nova institucionalidade capaz de afirmar uma nova proposta de atuação no campo da educação profissional. A metodologia proposta aqui contempla análise dos documentos oficiais e análise dos diários de campo a partir das visitas realizadas e da análise das ações em curso por parte dos Institutos Federais.

Palavras chaves: Educação profissional. Institutos Federais. PRONATEC. Institucionalidade.

Introdução

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, criados a partir do Decreto Nº 6.095, de 24 de abril de 2007 e da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, abrigam hoje 39 instituições centrais, e devem chegar daqui a um ano a 562 unidades, conforme consta na consolidação da terceira etapa do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional anunciado em agosto de 2011, pela Presidência da República. Essa expansão significa quadruplicar o número de escolas existentes em 2002, quando do início do governo Lula. Tem sido uma expansão vigorosa que vai atender a 600 mil alunos em todos os estados da Federação. Foi um avanço notável em menos de uma década, porque a expansão de fato começou a ocorrer em 2005-2006.

Essa nova estrutura institucional se impôs a vários desafios: a ampliação do acesso à educação profissional de nível técnico; a graduação tecnológica, por meio de cursos superiores de tecnologia; os bacharelados; as licenciaturas; e a pós-graduação, além da pesquisa e da extensão tecnológica. Tudo isso embasado naquilo que determinou a ousada lei de criação dos Institutos Federais, que no seu artigo segundo diz que os “Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”. (BRASIL, 2008).

A importância que essa nova estrutura institucional da educação profissional assumiu na agenda da sociedade brasileira pode ser dimensionada pelo orçamento no âmbito do Ministério da Educação (MEC). Com a criação dos Institutos Federais, a função programática (Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica), que era da ordem de R\$ 1,2 bilhão, em 2003, passou para R\$ 2,3 bilhões, em 2009, e atingiu, na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013, a marca de R\$ 5,9 bilhões. A participação da educação profissional no orçamento do MEC em 2012 aproxima-se dos 8% do total do ministério, que para 2013 é de R\$ 81,286 bilhões. Em 2003, essa participação era de 6%. O volume de recursos da educação profissional foi quintuplicado nestes 10 últimos anos.

Ao reunir em torno dos Institutos Federais uma variedade de instituições espalhadas e vinculadas a centros federais, a universidades e a escolas isoladas, a nova institucionalidade da educação profissional pretendeu, além de atender ao ensino técnico de nível médio, ampliar sua ação para os cursos tecnológicos, os bacharelados, as licenciaturas para apoiar a educação básica; atender a educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, à pós-graduação com cursos de mestrado e doutorado e, ainda, realizar a pesquisa e a extensão. É um notável desafio.

Como tem sido a expansão dessa rede de escolas pelo interior do Brasil e quais os desafios que ainda são necessários para consolidar essa nova institucionalidade da educação profissional. Essa é a reflexão pretendida, que foi subsidiada pela nossa participação nas orientações de alunos da Rede Federal que realizaram nos últimos

anos estudos e pesquisas no âmbito do Programa de Pós- Graduação em Educação – PPGE, da Faculdade de Educação da UnB, além de visitas que realizamos em diversos campi dos Institutos Federais.

Educação profissional e estratégia de desenvolvimento

A premissa orientadora do esforço governamental na criação de instituições de capacitação, difusão de tecnologia e prestação de serviços tecnológicos é o papel do conhecimento na produção de riquezas. Esta ocorre sob distintas formas organizacionais, a exemplo de empresas, cooperativas, redes de produtores e microempreendimentos. A literatura sobre desenvolvimento econômico, especialmente a que está mais relacionada com as capacidades tecnológicas, e a experiência internacional revelam que a criação de uma infraestrutura pública de conhecimento na forma de institutos vocacionados, institutos de pesquisa e organizações que prestam serviços tecnológicos foi decisiva para experiências exitosas em países de industrialização tardia. O Manual de Oslo¹¹ destaca o papel dos vínculos e das fontes externas de conhecimento para a promoção da inovação. Para além da inovação stricto sensu, é fundamental destacar o papel do aprendizado tecnológico e o papel do desenvolvimento de habilidades profissionais para o aumento da produtividade do trabalho, a inclusão produtiva e a formação de microempreendimentos. A ideia de vincular a infraestrutura de conhecimento com as vocações econômicas da região é outro pilar das instituições de capacitação, difusão e criação de conhecimento. Neste sentido, a experiência coreana recente pode constituir uma lição importante. A partir de 2004, há um plano abrangente de promoção da ciência e da tecnologia em nível regional (OECD, 2009). O plano possui os seguintes eixos:

11 Em 1990, foi editada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a primeira edição do Manual de Oslo - Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica, que tem o objetivo de orientar e padronizar conceitos, metodologias e construção de estatísticas e indicadores de pesquisa de P&D de países industrializados. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/empreendedorismo/downloads/manuais-guias-cartilhas-e-documentos-sobre-empreendedorismo-e-inovacao/manual-de-oslo>>. Acesso em: nov. 2014.

desenvolver competências locais em tecnologias estratégicas;
criar centros regionais para a inovação tecnológica;
desenvolver recursos humanos locais em C&T;
aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) dos governos locais.

Para cumprir tais objetivos, foram utilizados três tipos de instrumentos: a) serviços coletivos para as empresas, b) trabalho de facilitação para conectar os diferentes atores da aglomeração produtiva regional, e c) projetos colaborativos de desenvolvimento tecnológico com várias empresas e universidades que se organizam para acessar as fontes e programas de financiamento em P&D.

Naquilo que possui maior conexão com o escopo de atuação dos Institutos Federais, merecem destaque dois aspectos da experiência coreana: a formação de recursos humanos para a construção das habilidades necessárias na força de trabalho, que contribuam para o desenvolvimento de competências locais, e o trabalho de facilitação para conectar os diferentes atores. Vale destacar que as competências locais não estão necessariamente relacionadas a serviços e indústrias de elevado conteúdo tecnológico, mas podem estar relacionadas a atividades de baixa intensidade tecnológica.

Grosso modo, as organizações vocacionadas para capacitação devem atentar para a capacidade de integrar competências heterogêneas, com apoio dessas organizações a redes pré-existentes de relações, e a construção de novas redes a partir da sua atuação. Para Battista et al. (2009), o grau de integração entre capacitação, educação e políticas de trabalho e o grau de coordenação entre sistemas e níveis de governança são considerados os elementos mais importantes para avaliar a qualidade dos sistemas vocacionais de capacitação, seguido pela qualidade da capacitação. Os autores também advertem para a necessidade de uma contextualização inteligente da avaliação do desempenho das organizações vocacionais de capacitação, assegurando que a avaliação não incentive uma padronização ou bloqueie caminhos de mudança e crescimento nos sistemas

vocacionais. Em linhas gerais também são essas as premissas que sustentam o papel dos Institutos Federais. O artigo 6º da Lei nº 11.892, enumera uma série de possibilidades de atuação dos Institutos Federais, a saber:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Entretanto, para além da experiência internacional, o caso brasileiro coloca ainda enormes desafios a serem superados, particularmente, na educação básica e na transição desta para o ensino superior. As fases do desenvolvimento vivenciadas por países como a Coreia, caso citado acima, estão ainda longe de serem alcançados pelo Brasil no que se refere, por exemplo, ao atendimento da educação para todos e a construção de um ambiente propício à inovação. Dessa forma, os desafios pretendidos com a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica são da exata dimensão do nosso atraso em termos de acesso da população ao conhecimento.

Qual a cara dos Institutos Federais?

Organizações como os Institutos Federais formam-se e consolidam-se com base nos objetivos que lhes são conferidos pelo mandado legal e por meio das relações que se estabelecem no seu seio e na forma de relacionamento dos indivíduos que compõe aquela organização. A cultura organizacional é permeada por vários fatores. Hofstede (1990), atribui a forma como se processa a tomada de decisões, a designação das funções e as ações cotidianas, os traços de uma organização. Já Giddens (1984) identifica que as pressões e coerções não empurram alguém a fazer algo que não a interesse. Há uma motivação revelada pelas estruturas que pressionam para a ação dos indivíduos, que são denominadas de práticas sociais. O mesmo conceito que vários outros autores do campo de conhecimento das organizações identificam, como o formulado por Bourdieu (1989) de campo social. Nele, o autor mostra que o habitus, não pode resultar em atos mecânicos como sendo as realidades objetivas incorporadas na vida cotidiana, o senso prático, mas sim representam antes disso, as experiências passadas e incorporadas nas instituições.

Dessa forma, os Institutos Federais têm assumido uma variedade de formas de atuação nos diversos campi onde estão implantados. Subsidiando-me de estudos realizados no PPGE/UnB como Silva (2012) e Rosa (2012) e ainda visitas in loco a algumas das unidades de diversos Institutos Federais, posso perceber que existe um diferencial entre as unidades que derivam de estruturas já consolidadas e outras que surgiram de bases não existentes.

As unidades existentes tendem a reproduzir culturas passadas baseadas em relações muito pessoais e muito arraigadas ao exercício de uma organização centralizada e extremamente dependente dos grupos dirigentes. Naquelas unidades que surgiram de bases não existentes (construções novas), a presença de jovens pesquisadores, provindos ou não da região, de servidores comprometidos com a missão da organização, tem tido desempenho melhor no que se refere à relação com a comunidade, a oferta de cursos e o envolvimento com a missão concedida pelo mandato legal.

Alguns aspectos reforçaram características de reconhecimento da comunidade em que os Institutos Federais estão inseridos, que não estavam presentes na organização anterior da Rede Federal.

Características do Empreendimento. As escolas de educação básica próximas aos campi, sejam das redes municipais ou estaduais, anseiam por se igualar aos Institutos Federais. Os diretores manifestam que os alunos desejam um prédio semelhante ao dos IFs, estudar com equipamentos como os que têm nos Institutos e poder ter o transporte para atividades de campo com um ônibus como os dos campi. Esse aspecto destaca que é possível ter uma escola diferente da que conhecemos. Em síntese, podemos dizer que a escola de referência é a escola proporcionada pelo governo federal. Esse fato aflorou em muitas conversas com alunos e diretores das escolas de educação básica mantidas pelo município ou pelo estado. Nesse particular, essa nova institucionalidade permitiu criar uma possível escola de referência para o país, que de alguma forma esteve entre as intenções da pretensão do MEC. Para tanto, o artigo de Haddad (2008) anunciava esta intenção.

Relação de proximidade com as Secretarias de Educação. A existência de estruturas diferenciadas e de cursos voltados para a formação de professores tem aproximado as Secretarias de Educação dos Institutos Federais. Não somente pelo fato dos Institutos Federais terem aderido às licenciaturas, mas também pela vinculação, há alguns programas de formação de professores, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, patrocinado pela CAPES, que tem sido importante aliado para aproximar as Secretarias de Educação dos Institutos Federais, particularmente, no ensino de

ciências, cuja carência é enfrentada pela recomendação prevista no artigo 6º da Lei nº 11.892/2008. Nesse particular, embora sendo inédita essa aproximação, ela tende a beneficiar os sistemas locais de educação, uma vez que boa parte das licenciaturas dialogam com um eixo tecnológico de conhecimento que está previsto como foco dos campi e de alguma forma complementam ações estruturadas para tal.

Padrão de referência. É perceptível que onde o Instituto Federal se instala, logo se estabelece um padrão de referência. É possível identificar em algumas cidades de importantes alunos da rede privada se transferindo para o Instituto Federal, não por causa da gratuidade, mas sim, por causa da excelência do ensino. Não é à toa, que algumas unidades dos Institutos Federais têm avaliações no ENEM superiores a muitas escolas tradicionais da cidade.

Envolvimento da comunidade. A previsão da existência do Conselho Superior de membros da comunidade é uma característica que diferencia os Institutos Federais dos formatos anteriores à vigência da Lei de criação.

Todavia, se algumas das questões acima constituem-se em diferencial e mostram avanços em relação às estruturas anteriores da Rede Federal, algumas reforçam a preocupação com o atendimento às metas previstas. Em boa parte, isso se deve à dificuldade incipiente de uma nova cultura dos Institutos Federais. Algumas dessas questões colocaram em evidência as dificuldades de atendimento às metas previstas pela nova institucionalidade. As questões numeradas a seguir são alguns dos exemplos em que a constituição dos institutos ainda está longe do que prevê o mandato legal e os acordos de compromisso estabelecidos.

Ausência de integração ou de um período de formação dos novos professores fez com que muitos deles preferissem atuar no ensino superior a atuar na educação básica. Um dos reflexos dessa opção tem sido a baixa oferta de cursos na modalidade Proeja, que foram um grande diferencial na tentativa de conectar a realidade das escolas técnicas com as demandas sociais (SANTOS, 2010). Novamente aqui as resistências começam por campi mais consolidados do que os novos, porém, estes, acabaram por incorporar o padrão das estruturas

antigas. Provindos em sua grande maioria das universidades, os novos professores, pela ausência de um processo de integração/formação, tendem a reproduzir o modelo que vivenciaram nas universidades. Em geral, é um modelo individualista, baseado na necessidade de alcançar reconhecimento rápido em publicações em revistas indexadas, e muito pouco preocupado como essa atividade que pode beneficiar a instituição. Embora o quantitativo de doutores presentes nos Institutos Federais, abaixo de 12%, seu comportamento tende a estimular os professores com menor titulação.

A carência que os Institutos Federais se propuseram a atender na educação básica ficou a descoberto nos próprios institutos. Nesse particular ficou ausente no desenho dos Institutos Federais, cursos de formação de docentes para a educação profissional. Não é por menos que alguns Institutos estão prevendo para os próximos meses, com a chegada de novos professores cursos de formação superiores a 300 horas ou mais. Este também é um grande desafio. Como convencer jovens mestres e doutores se submeterem a uma formação que problematize a sua prática, uma vez que nas próprias universidades, de onde são egressos, a universidade não os preparou para perseguirem um processo de formação continuada, a não ser, quase que exclusivamente, em benefício próprio. Nesse particular foi acertada a ideia de uma carreira docente específica nos Institutos Federais que tenha vinculação com a das universidades, mas que guarde suas especificidades. Teria sido equivocado submeter os professores dessas instituições as mesmas regras de promoção nas universidades. Dessa forma, a criação da equivalência da carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico – EBTT, prevista na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, assegurou mecanismos de equiparação entre as duas carreiras e garantiu a promoção, para além dos títulos acadêmicos, como é o caso do Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC. Esse mecanismo constitui-se num reconhecimento coletivo da produção docente.

Os Núcleos de Inovação Tecnológica – NITs foram importantes estímulos para os Institutos Federais, mas seus efeitos ainda não são percebidos. Falta uma ação para aproximar os Institutos Federais das políticas do próprio governo federal. Embora estivesse presente na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e agora consolidada no

Plano Brasil Maior (PBM), o anunciado no artigo 6º da Lei ainda não se concretizou, particularmente, naquilo que a literatura classifica como sendo o papel de instituições vocacionadas para a inovação. Os Institutos Federais são reconhecidos como importantes parceiros na execução de ações complementares da política governamental, mas essa colaboração ainda é muito tópica e não se constitui num feixe de ações que alavanquem um processo virtuoso entre as instituições e o tecido produtivo. A recente reorganização do SENAI, que concentrou seus esforços numa rede de educação profissional e numa outra de inovação pode ser um dos caminhos a serem perseguidos. Nesse aspecto é bom ressaltar que a expansão da Rede Federal em termos de unidades vai se equivaler às escolas do SENAI.

Os riscos da descaracterização – um instituto dentro de outro

Em um estudo realizado em 2011, para a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social – SECIS, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, sobre os Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs, identificou-se o baixo número de unidades nos municípios que possuíam uma unidade de CVT, escola do SENAI ou da Rede Federal. O número não passava de 500 em cada uma delas, sendo que em meados de 2011, o SENAI possuía 470 e a Rede Federal 404 unidades. No mesmo município não passavam de uma centena a existência dos três equipamentos (SENAI, CVT e Rede Federal). Na proporção por habitante ainda era muito desigual a cobertura de unidades da Rede Federal e de escolas de SENAI, embora na média fossem muito próximas, o que mostra que a Rede Federal avançou muito em áreas em que o SENAI tinha pouca presença como é o caso da Bahia, Ceará, Maranhão e Distrito Federal, Alagoas e Sergipe. Entretanto, a presença do SENAI nos estados mais industrializados como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul foi quase o dobro da presença da Rede Federal até aquela data.

Na esteira da expansão da Rede Federal, o governo federal, ao instituir por meio da Lei nº 1209, de 29 de abril de 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criou um grande feixe de ações que tem como lócus de atuação os Institutos Federais. Tem sido assim com várias políticas públicas, desde o Plano

Brasil Maior ao Bolsa Família. O PRONATEC tem o objetivo de: i) ampliar as vagas e continuar a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; ii) fomentar a ampliação de vagas das redes estaduais de Educação Profissional; iii) incentivar a ampliação de vagas e a expansão da rede física de atendimento do Sistema S; e iv) fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional e Técnica de nível médio na modalidade de educação a distância.

O PRONATEC centralizou no âmbito do Ministério da Educação (MEC) várias iniciativas que têm no Ministério do Trabalho MTE o seu lócus há mais de 15 anos. Entretanto, sua trajetória sempre se pautou naquilo que a legislação lhe confere – o sistema escolar. Ao assumir para si ações que se estabelecem no ambiente de trabalho e em outros espaços de construção, demonstra que, embora queira dar certa organicidade e otimização à educação profissional, falta ao MEC conhecimento sobre a realidade de como se estrutura o diálogo da formação profissional no âmbito das relações de trabalho. Além disso, a maioria dos cursos, reproduzem em alguma medida o modelo de formação adotado pelo PLANFOR e não constituem num itinerário de formação ao longo da vida produtiva do trabalhador. Ao ser receptor de tais iniciativas os Institutos Federais acabaram por criar uma estrutura paralela de atendimento: os alunos normais e os do PRONATEC. Com o estímulo de uma bolsa, o Programa tem aderido a um grande número de interessados.

A nosso ver, esse modelo tem sido um grande desafio para a Rede Federal. Na realidade está se convivendo com uma rede dentro de outra. Há notável incentivo para a realização dos cursos do PRONATEC e pouco interesse para os cursos de mais longa duração, que combinam a aquisição da escolaridade necessária para a emissão do diploma de técnico e a carga horária necessária para tal habilitação. Isso ocorre, por exemplo, nos cursos subsequentes, que recebem os alunos já concluintes do ensino médio. A alta evasão e a dificuldade de lidar com esse público colocam em dúvida a sua importância como espaço de importante de formação.

Em suma, esses são os dilemas que ainda persistem na centenária, mas ainda jovem Rede Federal de Educação Profissional. O desenvolvimento de uma cultura organizacional nos marcos

atuais da administração pública coloca sérios limites para o seu desenvolvimento. É impossível realizar com velocidade e tempestivamente ações que não sejam alcançadas pelas restrições impostas pelos órgãos de controle e pelo excessivo rigor a que foram submetidos às universidades, a rede federal e a rede de institutos federais mantidos pelo MCTI. Se não for rompido com esse padrão que parte da presunção que tudo o que as instituições fazem está sob suspeita será muito difícil vencer os desafios que se impõem na remoção das barreiras que nos separam dos países desenvolvidos.

Considerações finais

Um estudo elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, para servir de base para os Objetivos do Milênio, mostra que o tamanho da população jovem brasileira nunca foi, e nunca será, tão grande quanto o de hoje, correspondendo a cerca de 50 milhões de pessoas na faixa entre 15 e 29 anos de idade, equivalendo a 26% da população. Consultados nessa recente pesquisa, os jovens deram mais alta prioridade à educação de qualidade: 85,2% dos brasileiros de 15 a 29 anos, entre os seis mais importantes dos 16 temas apresentados, resultado de 4,75 pontos percentuais superior ao registrado entre os não jovens (SAE, 2013).

O país de jovens tem data para acabar. Em 2022, os jovens começarão a decrescer na nossa pirâmide etária e declinarão em uma taxa mais acentuada do que foi nos outros países. Se até lá o Brasil não aproveitar essa oportunidade, dificilmente terá condições de liderar no futuro, mudanças nas condições de vida para que possa oferecer a partir de 2040-2050, melhores condições das atuais a todos os habitantes.

Esse desafio coloca para estruturas como a dos Institutos Federais desafios que precisam estar coordenados com estratégias mais globais de imediato, médio e longo alcance. Essa parece ser a grande ausência na estratégia dos Institutos Federais. Até para aceitar a realização, como até aqui, de uma rede competindo contra outra, o caso do PRONATEC, necessitaria ter a exata dimensão de que isso é uma necessidade, mas talvez, não será daqui há 10 anos, por exemplo.

A consolidação dos Institutos Federais está necessariamente alicerçada com uma missão estratégica deles para o País. Negligenciar nesse momento a perda de identidade dessa importante rede poderá comprometer a contribuição que ela pode dar ao País.

Referências

BESNIER, Bernard. **A distinção entre Praxis e Poiêsis em Aristóteles**. Disponível em: <<http://www.analytica.inf.br/analytica/diagramados/4.pdf>>. Acesso em: dez. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. MEC/SETEC. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, 2007**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 20/02/2015.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 3 jul. 2013.

_____. SAE. **Juventude levada em conta**. Demografia. Brasília: SAE, 2013. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Juventude-Levada-em-Conta.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS. Resumo Executivo. Brasília: Cooperação Técnica BID-MCT/Fundo Coreano, 66p., 2011.

GIDDENS, Anthony. *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. RJ: Civilização Brasileira, 1991.

HADDAD, Fernando; UNGER, Mangabeira. *Ensino público de qualidade*. Folha de S. Paulo, 18 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1802200808.htm>>. Acesso em 3 jul. 2013.

HOFSTEDE, Geert et al. Measuring organizational cultures: a qualitative and quantitative study across twenty cases. *Administrative Science Quarterly*, v. 35, n. 2, p. 286-316, 1990.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. Imprensa: Belo Horizonte, Fórum, 2012.

MACHADO, Lucília. A organização da educação profissional e tecnológica por eixos tecnológicos. Documento power point, 27-10-2008. In: www.portl.mec.gov.br/. Acesso em jan./fev. 2015.

MANACORDA, Mário. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1991.

MINGHELLI, Marcelo. A Administração Pública Brasileira e a Gestão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. IFAC, s/Ed. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lh9fwvj>>. Acesso em: 3 jul. 2013.

OECD. *Reviews of Innovation Policy: Korea*. Paris, OECD, 2009.

OSLO, Manual. Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/empreendedorismo/downloads/manuais-guias-cartilhas-e-documentos-sobre-empreendedorismo-e-inovacao/manual-de-oslo>>. Acesso em: nov. 2014.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília-São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011.

RAMOS, M. Possibilidade e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; R.M.N. Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 106-137.

ROSA, Tatiana Fátima Stürmer da; SOUZA, Eda Castro Lucas de; MACHADO, Denise Del Prá Netto. Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: práticas sociais como Manifestações Culturais – um estudo do campus Sapucaia do Sul. In: CASTIONI, Remi; SOUZA, Eda Castro Lucas de. (Org.). Institutos Federais: os desafios da institucionalização. Brasília: Editora da UnB, 2012.

SANTOS, Simone Valdete dos. Sete lições sobre o PROEJA. In: MOLL, Jaqueline (Colab.). Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SILVA, Maria Gildivane Soares; SOUZA, Eda Castro Lucas de; MACHADO, Denise Del Prá Netto. Instituto Federal da Bahia: mudanças e manifestações culturais. In: CASTIONI, Remi; SOUZA, Eda Castro Lucas de. (Org.). Institutos Federais: os desafios da institucionalização. Brasília: Editora da UnB, 2012.

Eliezer Pacheco - graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tem mestrado na mesma área pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialização em Ciência Política também pela UFRGS. Foi secretário de Educação da Prefeitura de Porto Alegre e presidente do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Foi titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação de 2005 a 2010. Atualmente, é Secretário Municipal de Educação da Prefeitura de Canoas/RS.

IFRN
Editora

Am, ut ent poribus viderupta plia nem repre
pliat? Soluptia que evenectas aut que pra
cuptas nihillamusam fuga. Ut que consequi siti
nis aut quiates eos alicatiis invendia prestruptae
dolumqui con corit occupat quis alicips aperion
secuptate voluptur assecusaesto debissu ndiciisci
untem reius nihiliqui nat ea iderem fuga. Nem et
aut endit reprovi tianimi, ullaciumquis autemos
exeritatium vendi ut eum suntiste venis modi
adipsam res expliquatus natem quas rem simoles
sundisi mpeditium voluptat anda di dolorem nus
audande ndipis ad et inihiliquis volorum atiaspi
enimust ibust, quae. Edis sime corae voloriti
verum re vid quia ipiti omnis acculla ceaquat
aspero volorer natus.

Tius. Itinciat. Equos molorum et, exceratiis in
pra possequo et re arum re pos earunto ium
eum late ducia sunt remporatur alia corum
hilique magniene aut quost ellit estis sim nossim
nonsenitatem que odi quatiaernat lis que desciieste
nonsendam voluptae ped ut labores sitatus eum
enest, sapiendis eum ut labor sit molendicim vel
ipicto estorer aeprepere cusiis tistiatem dendand
aerciumquis voluptaqui ommolore, occustio.
Adiae volorpo raeriam quas aut ea serro quas
essit expliqu atecus sunt quistii ssinimporem
dolupta tempeli caborporeni reculparupta que
nonseque nis es et videnitatur sunt exceperio
debit hariatorum alique doloria conescite si tem
volorporia commod quamus.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte iniciou em 1985 suas atividades editoriais com a publicação da Revista da ETRN, que a partir de 1999 se transformou na Revista Holos, em formato impresso e, posteriormente, eletrônico. Em 2004, foi criada a Diretoria de Pesquisa que fundou, em 2005, a editora do IFRN. A publicação dos primeiros livros da Instituição foi resultado de pesquisas dos professores para auxiliar os estudantes nas diversas disciplinas e cursos.

Buscando consolidar uma política editorial cuja qualidade é prioridade, a Editora do IFRN, na sua função de difusora do conhecimento já contabiliza várias publicações em diversas áreas temáticas.



Durante os dois mandatos do Presidente Lula, ocorreu uma extraordinária revolução na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). As 140 escolas técnicas federais e CEFETs se transformaram em uma Rede Federal de mais de 500 unidades, espalhadas por todo o território nacional, além de inúmeras outras políticas inovadoras, inclusive de apoio as redes estaduais.

Os Institutos Federais são a síntese de todos os avanços ocorridos na EPT em nosso país. Por seu caráter inovador, pela falta de outras referências, o grande desafio colocado a estas instituições é a consolidação de uma concepção que é única. A referência acadêmica é muito forte nos meios educacionais e, até pela origem dos docentes, exerce uma forte pressão sobre os Institutos Federais. Entretanto, seu caráter e missão é diferente das universidades. Não é menos nem mais importante, mas trata-se de outra institucionalidade.

Aprofundar e desenvolver a compreensão sobre os Institutos Federais é o objetivo desta obra de Eliezer Pacheco, que analisa os fundamentos político-pedagógicos embaixadores desta proposta. É a elaboração e o testemunho de alguém que, juntamente com Fernando Haddad, coordenou a construção desta proposta e, como Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, comandou sua implantação.

Trata-se, portanto, de leitura importante para todos aqueles que desejam ter uma compreensão adequada destas instituições e contribuir para o seu desenvolvimento.

